



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Do Sr. Patrus Ananias e outro)

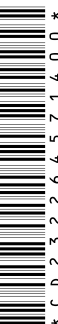
Requer o aditamento do Requerimento nº 01/2023 – CCJC para realização de Audiência Pública para debater a inviolabilidade civil e penal dos Deputados e Senadores.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que seja aditado o Requerimento nº 01/2023 – CCJC que requer a realização de Audiência Pública para debater a inviolabilidade civil e penal dos Deputados e Senadores por suas opiniões, palavras e votos, conforme disposto no Art. 53 da Constituição Federal, para incluir, no rol de convidados os seguintes representantes:

- **Lenio Streck** - Advogado, Jurista e Professor titular da Unisinos/RS e da UNESA/RJ.
- **Dora Cavalcanti** - Advogada Criminal. Diretora fundadora do Innocence Project Brasil Conselheira nata do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).
- **Alexandre de Moraes** - Ministro do STF e Presidente do TSE.
- **Marie Santini**, Professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuando nos cursos de graduação, mestrado e doutorado.
- **Ivar Hartmann**, Doutor em Direito Público pela UERJ. Mestre em Direito Público pela PUC-RS. Mestre em Direito (LL.M.) pela Harvard Law School. Ex-Professor Adjunto e Pesquisador da FGV Direito Rio (2012-2020).
- **Marco Aurélio de Carvalho**, Coordenador Geral do Grupo Prerrogativas.

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presente requerimento visa ampliar e enriquecer o debate previsto na audiência pública proposta no requerimento nº 1/2023 aprovado neste Colegiado na reunião deliberativa do último dia 11/04, sobre a inviolabilidade civil e penal dos Deputados e Senadores, por suas opiniões, palavras e votos, conforme disposto no Art. 53, da Constituição Federal.

Como foi mencionado na justificação daquele requerimento, trata-se de assunto relevantíssimo, estreitamente atrelado ao exercício da democracia representativa e do próprio exercício do mandato parlamentar conforme preconiza a Constituição Federal.

Com o propósito de ampliar o debate a respeito do assunto, entendemos ser muito oportuno incluir outros representantes da academia, da sociedade civil organizada e do Poder Judiciário brasileiro, estudiosos do assunto e aplicadores práticos dos regramentos.

Pelo exposto contamos com o apoio dos demais pares deste Colegiado.

Sala da Comissão, em 12 de abril de 2023.

Patrus Ananias
Deputado PT/MG

Luiz Couto
Deputado PT/PB





Requerimento **(Do Sr. Patrus Ananias)**

Requer o aditamento do
Requerimento nº 01/2023 – CCJC para
realização de Audiência Pública para
debater a inviolabilidade civil e penal dos
Deputados e Senadores.

Assinaram eletronicamente o documento CD232264571400, nesta ordem:

- 1 Dep. Patrus Ananias (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Luiz Couto (PT/PB) - Fdr PT-PCdoB-PV

